

Poder e Comunicação: um breve debate sobre a questão do poder nos meios de comunicação de massa

Carolina Dantas de Figueiredo

Desde o início da década de 1990, quando a poeira da queda do Muro de Berlim começa de fato a baixar, podemos perceber dois movimentos antagônicos nos estudos sobre comunicação no mundo ocidental: saem de cena os trabalhos que relacionam diretamente comunicação de massas e os serviços que o aparelho da comunicação prestam às classes dominantes — e aqui colocado de modo mais explícito aos governos totalitários — e avolumam-se os trabalhos que colocam a comunicação dentro de uma perspectiva democrática.

Tal migração de eixo teórico refletiu as próprias mudanças do mundo nas duas últimas décadas: fim da União Soviética, último regime antidemocrático ocidental e surgimento de novas mídias, em especial da internet e mais recentemente das mídias móveis — ou simplificando esta explicação, celulares e afins — que aliam imagem, som e conectividade à rede em tempo real e em qualquer local. Politicamente, dois movimentos nos levam a uma visão democrática de comunicação: o neoliberalismo, que defende ferrenhamente a democracia para que as engrenagens de seu modelo de produção possam funcionar, e que, ao incentivar a liberdade de escolha total dos consumidores, permite que a comunicação seja plural e multifacetada (afinal, esta seria a melhor forma de contemplar a todos); e o surgimento e estruturação social de ONGs e organizações ligadas aos direitos humanos que defendem a comunicação livre como direito de todos. Assim, o foco dos estudos de comunicação sobre seus aspectos democráticos é natural e reflete o mundo contemporâneo tal como ele parece se apresentar.

Todavia, tratar da comunicação contemporânea como irrestritamente democrática apresenta alguns riscos. O primeiro deles depende do tipo de relação emissor-receptor e do público-alvo considerado. Ora, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo, ou para não repetirmos este termo já tão desgastado, o liberalismo econômico permite que surjam diferentes mídias e veículos que se enquadram nas relações de produção e consumo — ou seja, movimentam as engrenagens da economia, o sistema estimula, por uma questão de concentração de capital e economia de escala, a formação de grandes conglomerados de comunicação; verdadeiras *holdings* que, embora englobem diferentes mídias (no Brasil podemos citar os exemplos clássico da Rede Globo, Editora

Abril e, mais recentemente, da empresa de telefonia Oi, que possui rádios e canais de internet), servem aos interesses dos seus grupos acionistas e, na medida em que é interessante para a sustentabilidade destes, servem também aos governos constituídos.

Outra questão a ser levantada é a acessibilidade aos meios de comunicação democráticos ou à democracia dos meios. Nesse sentido dois problemas se apresentam. O primeiro diz respeito à acessibilidade às mídias. Naturalmente, o capitalismo se preocupou — e continua a fazê-lo ininterruptamente — em permitir o acesso em massa a televisores, rádios, celulares e internet (esta última ainda em processo em função dos custos envolvidos na aquisição de computadores, softwares e provedores), este acesso, porém, é controlado por agências reguladoras do estado e das próprias empresas que o possuem. Voltando ao caso da internet, como mencionamos há pouco, é necessário ter um provedor, na maioria dos casos,¹ o que significa pagar a alguém e, em certa medida, ser controlado (em termos de mapeamento de utilizações e transmissão de conteúdos). Ou seja, mesmo que o sujeito seja, através da rede, produtor de conteúdos ou que interaja com outros transmissores, ele está submetido a determinados controles. Do mesmo modo que por meio do acesso aos celulares é possível localizar os indivíduos, o que lhes tira o direito à privacidade.

Tratamos aqui de dois pontos que não podemos deixar de considerar. O primeiro — a questão do acesso — nos indica que as possibilidades democráticas, por assim dizer, são parciais e controláveis, uma vez que ainda dependemos de empresas e instituições que proporcionam os conteúdos midiáticos (seja por meio de sua produção ou de sua transmissão). Não custa lembrar que tais empresas atendem ao capital, se relacionam com governos e se articulam de modo a maximizar seus lucros e se perpetuar. Cabe aqui recorreremos ao conceito de Indústria Cultural de Adorno e Horkheimer. O termo foi criado para substituir a noção de “Cultura de Massas” que, segundo os autores, daria a falsa impressão de uma cultura surgindo espontaneamente das massas. Para os autores, a Indústria Cultural, ao proporcionar a produção massiva de conteúdos simbólicos de consumo, nivela os sujeitos horizontalmente, e, por meio das ideologias que transmite, estimula formas de consumo e submissão. Ou seja, as mídias, conforme existem atualmente, possuem todos os elementos característicos do mundo industrial: divisão do trabalho, produção em escala etc.

O segundo ponto é talvez mais complexo e polêmico, pois trata da questão do controle dos indivíduos por meio das mídias. Tratamos aqui de controle físico, por, em função da interconectividade, as novas mídias (internet, mídias móveis) permitirem a localização dos indivíduos e rastreamento dos seus fluxos comunicacionais. Trata-se de uma perspectiva aterradora, pois na medida em que permite a comunicação, o sistema passa a controlá-la de forma velada.

O que queremos dizer aqui é que, embora a comunicação tenha efetivamente se democratizado nas últimas décadas — em uma perspectiva neoliberal de democracia — e que realmente esteja contribuindo para observar criticamente os governos instituídos, trocar saberes e entreter-se fora do *mainstream*, existe nas mídias contemporâneas possibilidades de controle que, se radicalizadas, aniquilariam sua proposta democrática. Não é nossa intenção sugerir que esta possibilidade esteja na iminência de acontecer. Muito pelo contrário, tratar das possibilidades totalitárias que subsistem nas mídias, e em especial nas mídias de massa nas quais a interatividade é notadamente menor, é reforçar a importância da democracia e viabilizar que ela se amplie, por meio da identificação e análise das possibilidades que lhe são contrárias. Por fim, resta-nos fazer uma pequena provocação. Se as teorias contemporâneas mostram os limites de uma noção hipodérmica de comunicação, ou seja, mostraram que o público não é amorfo nem indiscriminadamente receptivo, faltou-lhes explicar por que este mesmo público não resiste a determinados conteúdos midiáticos ou por que as pessoas buscam se enquadrar em determinados padrões pautados pelos meios de comunicação de massa. Ainda que democrática, a mídia transmite continuamente conteúdos ideológicos relevantes para os que os controlam e que o público acaba incorporando, não por ser manipulável, mas por necessitar deles para “caber” nas relações sociais que o circundam e exercer seu papel duplo de produtor-consumidor. Assim, embora não sejam impositivos, os meios de comunicação oferecem aos indivíduos uma possibilidade fantástica, a de se inserirem socialmente, serem socialmente aceitos e produzirem sem conflitos. Como tudo no capitalismo trata-se de uma troca, e para Simmel (1990) a troca depende de elementos e motivações bastante sutis e que transcendem o próprio ato da troca em si, envolvendo necessidades subjetivas e fé em certa medida. Neste caso, o público entrega às mídias sua confiança e audiência em troca da promessa de consumo e ajustamento social que estas apresentam.

OS APARELHOS IDEOLÓGICOS E A INSERÇÃO NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Segundo Marx, no livro II do *Capital*, as formações sociais, para existirem, devem, ao mesmo que produzem — e para poderem produzir —, reproduzir as condições da sua produção. O filósofo francês Louis Althusser lembra que as condições de produção englobam tanto as forças produtivas, quanto as relações de produção existentes (Althusser, 1985:11). Ou seja, a produção depende diretamente da reprodução de suas condições.

Para Althusser a reprodução da força de trabalho passa-se essencialmente fora da empresa e é assegurada materialmente por meio do salário e pela qualificação da mão-de-obra. O salário constitui apenas o mínimo para saúde, alimentação, moradia e manutenção dos filhos, ou seja, permite a subsistência e procriação do trabalhador. Porém, as condições materiais isoladamente não garantem a reprodução da força de trabalho. A força de trabalho deve ser qualificada de acordo com a classe social à qual pertence, dividindo-se em diferentes “postos” e “empregos” de acordo com sua qualificação. Nas palavras de Althusser:

Esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende a ser assegurada “em cima das coisas” (aprendizagem na própria produção), mas, e cada vez mais, fora da produção: através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições (*idem*:20).

Assim, o autor busca desenvolver uma teoria que foca a educação dentro de uma visão formal do capitalismo (Gomes, 1994:50). Embora Althusser se refira explicitamente à educação, ao situarmos a questão da reprodução das condições de produção de modo mais amplo somos obrigados a deixar as questões meramente escolares para pensarmos no ajustamento do sujeito ao todo social, sua inclusão por meio não apenas de conhecimentos, técnicas e normas de comportamento (*idem*:51), mas conteúdos simbólicos, informações e mesmo padrões de consumo compartilhados.

Ou seja, ao propor que a reprodução da qualificação da mão-de-obra não acontece apenas “em cima das coisas”, isto é, produção da força material e aprendizagem na produção, Althusser expande esta atividade à esfera ideológica. Mais do que uma “cultura científica” ou literária diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção”, isto é, “saberes práticos”, aprende-se o que ser e como ser enquanto sujeito num dado todo social.²

A reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também “pela palavra” a dominação da classe dominante (Althusser, 1985:20-21).

E ainda:

A Escola (mas também outras instituições do estado como a Igreja ou outros aparelhos como o exército) ensinam “saberes práticos” mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo

da “prática” desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão devem estar de uma maneira ou de outra “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscientemente” a sua tarefa — quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”), etc. (*idem*:22).

A partir desta idéia, o autor desenvolve sua noção de Aparelhos Ideológicos do Estado. Para Althusser, os Aparelhos Ideológicos são meios utilizados pelo Estado para garantir a reprodução das relações de produção através da disseminação contínua da ideologia dominante. A ideologia — ou “as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.” (*idem*:26) — integra, juntamente com o nível jurídico-político (o direito e o estado) a superestrutura de uma sociedade. Para explicar esta noção, Althusser recorre à metáfora do edifício. Numa construção, os andares superiores (da superestrutura) não se mantêm sozinhos se não assentados na sua base (a infraestrutura econômica). Assim, embora o econômico acabe por determinar a questão ideológica, existe uma “autonomia relativa” da superestrutura em relação à base, assim como uma “ação de retorno” da superestrutura sobre a base (*idem*:27). Ou seja, a base de produção material exige uma estrutura ideológica que a retroalimente. Embora Althusser trate do papel da comunicação como Aparelho Ideológico, ou seja, sua possibilidade de, por meio das ideologias transmitidas, servir aos interesses dominantes e situar os indivíduos quanto ao seu papel na cadeia produtiva, cabe a Adorno e Horkheimer (1985) explicitarem esta relação.

Para eles, a Indústria Cultural apresenta em si todas as características do mundo industrial moderno, exercendo nele, em contrapartida, o papel de transmissora das ideologias dominantes. A técnica a que os homens se submetem é para os autores uma espécie de antiiluminismo, por brutalizar e tornar os homens cativos do sistema produtivo, o que diminuiria sua capacidade de mobilização e consciência de massas, por um lado e por outro impede a formação de indivíduos autônomos e capazes de decidir conscientemente.

Neste sentido, o próprio lazer proporcionado pela indústria cultural seria uma forma de mecanizar os sujeitos, pois ocuparia o ténue espaço entre a “pausa” e o “retorno” ao trabalho, onde não caberiam reflexões, mas formas de distração e entretenimento que permitem a volta ao trabalho num momento posterior. A divisão do trabalho e o modelo que pauta o processo produzido são mimetizados pelas formas de lazer e, então, reproduzidos, o que coloca a Indústria Cultural no mesmo patamar de formação dos indivíduos e manutenção do sistema que o Aparelho Educacional de Althusser.

ESTADO, INDÚSTRIAS CULTURAIS E HEGEMONIA

Considerando que “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes” e que a reprodução das condições de produção é uma exigência necessária para que tal classe mantenha sua situação, temos que:

O estado é uma máquina de repressão que permite as classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (Althusser, 1985:31).

Assim, o Estado constitui na verdade aquilo a que os clássicos do marxismo chamam de o Aparelho de Estado, que compreende ainda instituições como a polícia, os tribunais, as prisões e o exército que intervém como força repressiva quando necessário, estando acima deste conjunto o chefe de Estado, o governo e a administração (idem:31-32). Para Althusser, compreender o Estado como Estado de classe esclarece a necessidade de estruturas repressivas e ideológicas, como a Indústria Cultural, entendida pelo autor como Aparelho Comunicacional, que submetem o populacho às classes dominantes.

O Estado só existiria então enquanto aparelho em função do seu *poder do estado*. Sendo por isso mesmo local político da luta de classes. Dentro desta visão, mesmo a democracia representa uma forma de dominação, pois legitima o domínio de determinados grupos em detrimento de outros, naquilo a que Lênin chamou, depois de Marx, a ditadura da burguesia (idem:35). Na visão marxista, a solução final para este problema seria a tomada do poder do Estado pelo proletariado para destruir o Aparelho de Estado burguês existente, assim como a ideologia que o permeia.

Althusser estabelece a distinção entre o Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que funciona pela violência (polícia, tribunais, prisões etc.), e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), que transmitem as ideologias que permitem a reprodução da força produtiva. Para o autor:

Se os AIE “funcionam” de forma massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pelo qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante que é da “classe dominante” (...) A mesma classe dominante é ativa nos Aparelhos ideológicos de Estado. É claro, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) de Estado e “agir” por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado são duas coisas diferentes (idem:48-49).

Os Aparelhos Ideológicos, como já mencionamos, são meios dos quais o Estado se utiliza para garantir a reprodução das relações de produção através da

disseminação contínua da ideologia dominante. Estas, embora sigam a ideologia do Estado — que é a ideologia da classe dominante — se apresentam como instituições autônomas, distintas e especializadas. Assim, enquanto o Aparelho (repressivo) do Estado pertence ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado remete ao domínio privado. Para o autor:

Enumeramos, nas formações sociais capitalistas contemporâneas um número relativamente elevado de aparelhos ideológicos de Estado: o aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural etc... (*idem*:75).

Assim, ainda nas palavras de Althusser, “nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (*idem*:49), o que torna também os AIEs local da luta de classes.

Para Gramsci (1989:29), o Estado não tem uma “concepção unitária, coerente e homogênea” expressa em um projeto político igualmente homogêneo, o que corrobora a visão althusseriana de AIE como local de luta de idéias. Além disso, na sua teorização de hegemonia, Gramsci teria adiantado a visão de Althusser ao afirmar que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) de Estado, mas compreendia certo número de instituições da “sociedade civil” como as igrejas, as escolas, os sindicatos e a comunicação, instituições denominadas pelo autor de Aparelhos Privados de Hegemonia.³ Para Gramsci, a sociedade civil é parte do Estado, sendo este composto de dois planos superestruturais, a sociedade civil, como organismos ou aparelhos privados de hegemonia; e a sociedade política, como aparelho burocrático, militar e jurídico e respondendo pelo poder, legal ou de fato, de coerção. Para ele:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto dos organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídicos⁴ (Gramsci, 2000:32).

Sociedade civil e política operariam organizando a vida diária e reproduzindo relações de poder. Ambas constituem o Estado de forma mais abrangente. Segundo Gramsci, estas se distinguem por agirem de formas distintas. Enquanto na primeira operam os aparelhos privados de hegemonia que buscam obter o consenso como condição indispensável à dominação, por isso, prescindem da força, da violência

visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Na segunda agem os aparelhos coercitivos de Estado. Em condições de hegemonia, as instituições da sociedade civil se solidarizam com o Estado, e zelam pela reprodução dos valores sociais, conformando o que Gramsci chama de Estado ampliado. Para Tragtemberg:

O Estado é o grande organizador da hegemonia no sentido gramsciano, controlando, através de licenças, os instrumentos de reprodução simbólica. Desativando a política e eliminando a opinião pública com capacidade de opor-se a ele, através da comunicação de massa, reforça o controle social (Tragtemberg, 1997:7).

Assim, para assegurar a hegemonia, o poder e suas formas de manutenção são distribuídos por meio destas instituições e exercido por diferentes agentes relacionados à ideologia dominante. A comunicação seria a forma perfeita de disseminar tal poder, reproduzindo a ideologia vigente. Para Adorno e Horkheimer, tal disseminação é eficiente justamente por não se apresentar como tal, mas por entreter enquanto transmite os valores da classe dominante. Segundo os autores “a unidade implacável da indústria cultural atesta a unidade em formação da política. (...) O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa” (*idem*,1985).

COMUNICAÇÃO DE MASSA, IDEOLOGIA E PODER

Em Althusser, Gramsci e em Adorno e Horkheimer a comunicação aparece como “instituição” parceira do poder estatal. Isto porque os meios de comunicação hegemônicos corroboram com a ideologia do Estado e a compartilham e disseminam, como forma de manter seu próprio poder. Para Althusser, o AIE da informação inclui imprensa, rádio e televisão, estruturas privadas que funcionam de modo análogo aos AEs, só que por meio da ideologia que disseminam.⁵ O AIE da informação funcionaria, então, levando a “todos os ‘cidadãos’, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (Althusser, 1985:63) e recheando-os da ideologia que convém ao papel que os indivíduos devem:

Desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com “consciência profissional”, “moral”, “física”, “nacional” e apolítica altamente “desenvolvida”); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as “relações humanas”); de agentes de repressão (saber mandar e ser obedecido “sem discussão” ou saber manejar a pedagogia retórica dos políticos); ou profissionais da ideologia (que saibam tratar as consciências com o respeito, isto é, com o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém acomodados às sutilezas da Moral, da Virtude, da Transcendência, da Nação) (*idem*:65-66).

Além de funcionarem massivamente pela ideologia, os AIEs atuam ainda por meio de formas de repressão simbólica. Ou seja, exclusões, seleções e censura de elementos informativos realizados no processo comunicacional são formas dissimuladas de repressão, que o são muitas vezes sem percebê-lo. Os meios de comunicação de massa permitem que os conteúdos ideológicos tenham o maior alcance possível, atingindo os sujeitos em situações distintas e características heterogêneas.

A mídia de massas se configura assim como transmissora em larga escala das ideologias dominantes. Nas entrelinhas das notícias de jornal e TV, e mesmo nos mais *inofensivos* programas de entretenimento estão expressas, às vezes em doses homeopáticas, outras vezes quase escandalosamente, as formas de pensamento hegemônico. Olhando mais atentamente o caso da imprensa, o próprio Marx nota, em 1842, que, mesmo onde não havia censura institucionalizada, o “jornalismo como negócio” representava uma ameaça à liberdade de imprensa (Marx, 1980:44), devido às imposições e restrições dos proprietários dos grandes meios. Ou seja, mesmo não havendo o controle dos meios de comunicação por governos totalitários, a ditadura do capital prevaleceria, reproduzindo conteúdos simbólicos da classe dominante sob a carapuça mítica da liberdade. Sendo assim, os meios de comunicação acabam por disseminar os interesses daquela classe que, num período histórico particular, é a classe dominante.

Para Bourdieu, o poder é exercido por meio de sistemas simbólicos ideológicos. Estes sistemas simbólicos constituem “estruturas estruturantes” (Bourdieu, 2000:9), ao moldarem sentidos e ao serem deliberadamente moldados por aqueles que os controlam. Ao tratar de tais estruturas, o autor se refere ao seu conceito de *habitus*, que corresponde a:

Sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (Bourdieu *apud* Miceli, 1987:45).

O poder simbólico⁶ exercido por tais sistemas é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer sentido imediato do mundo (em particular do mundo social), através dos *habitus* que dissemina. A possibilidade de construção da realidade inerente a tais sistemas depende da existência de um grupo de produtores especializados, capazes de gerarem símbolos e ideologias que são instrumentos por

excelência de “integração social” por tornarem possível “o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (*idem*:10). Para o autor:

Os “sistemas simbólicos” distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de “especialistas” e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da transformação do mito em religião (ideologia) não pode se separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e ritos religiosos, quer dizer, do progresso da divisão do trabalho religioso, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes, e que conduz, entre outras conseqüências, a que se desapossassem os laicos dos instrumentos de produção simbólica (*idem*:12-13).

Na verdade, o compartilhamento de símbolos e ideologias introjetados nos sujeitos indica a verdadeira extensão do poder *sobre* determinado grupo, o que significa concomitantemente um poder de *fazer* o grupo, impondo-lhe princípios de visão e divisão comuns (Bourdieu, 2000:117). Por meio da compreensão do conceito de *habitus* como um “sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações” (*idem, ibidem*) temos que o poder de determinado grupo é capaz de se estender por todo o *campo* de atuação dos sujeitos que o integram, como numa “espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma”. Sendo o poder simbólico na realidade: “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (*idem*:7-8)

Aqueles que mantêm o controle dos meios de produção usarão dos *Aparelhos Ideológicos* para transmitir as idéias que eles tenham interesse de reproduzir e perpetuar. Com isso, as ideologias da classe dominante acabam por formar uma rede de representações, regras, valores e imagens que sustentam aquilo que compreendemos como “realidade”. Tal rede determina os limites de ação dos indivíduos no mundo através de padrões de pensamento e conduta, conforme postulado por Althusser ao se referir à transmissão dos valores dominantes. Embora forneça relativo conforto ao indivíduo e favoreça a vida em sociedade, a rede de valores construída neste caso, por meio da mídia, acaba por ocultar contradições da vida e da vida social, assim como as divergências entre estas contradições e as idéias que deveriam explicá-las.

Por definirem “certo” e “errado”, as idéias propagadas pela classe dominante estruturam os padrões de comportamento, limitando o espaço dos desejos e ambições pessoais e definindo “possível” e “impossível” dentro de limites socialmente aceitáveis. Temos, em resumo, a partir da disseminação e assimilação das ideologias da classe dominante, um verdadeiro processo de *condicionamento*, sendo este apenas possível por meio da introjeção dos sistemas simbólicos. Nesse sentido, a comunicação de massas se destaca como “ferramenta” de transmissão de tais sistemas. Trata-se de moldar o *habitus* dos sujeitos por meio daquilo que ele apreende como realidade e como padrão de comportamento através da mídia. Antes de prosseguirmos, lembramos, contudo, que partimos de uma premissa generalista de que uma parcela significativa dos sujeitos submetidos a determinado estímulo midiático assimila os conteúdos informacionais que recebe sem grandes questionamentos. Nesta saturação consiste a manutenção do poder, uma vez que as ideologias de uma classe passam a ser incorporadas pelas demais, assumindo um caráter de “normalidade” e “normatividade”.

EXERCENDO O PODER IDEOLÓGICO: A COMUNICAÇÃO COMO SISTEMA SIMBÓLICO

Ao controlar os meios de comunicação de massa *hegemônicos* na sociedade, a classe dominante opera para manter o arcabouço de idéias que temos do sistema através do controle do acesso das pessoas ao “real”, ou seja, aos fatos ditos relevantes que acontecem em espaços (e em certos casos em tempos) distantes dos receptores das informações, de modo que, sozinhos, não teríamos acesso a eles. Através dos meios de comunicação, somos convidados a participar de “realidades” que fogem ao nosso alcance imediato, realidades que não podemos vivenciar senão por meio de mediações, ou seja, transposições, recortes e análises do real determinadas por meio de terceiros. Para esclarecer melhor esta questão e seu funcionamento na nossa perspectiva, tomaremos o jornalismo como exemplo.

Da enormidade de eventos simultâneos que irrompem na esfera da vida cotidiana, somos informados somente daqueles que se tornaram acontecimentos midiáticos. O mundo se converte então em uma série de vivências abstratas, mediadas por conjuntos e mais conjuntos de discursos jornalísticos. Assim, o jornalismo passa a ser uma das principais fontes de informações necessárias à compreensão e à organização do ambiente social circundante, dos quais os seres humanos fazem uso (Thompson, 1995).

Diante dessa enormidade de acontecimentos e considerando que os jornalistas trabalham *para* organizações de comunicação, temos que o “real” é muito

bem selecionado antes de converter-se em notícia. Neste processo, os fatos são submetidos tanto à subjetividade do jornalista como aos interesses da organização onde trabalha. Quanto ao papel da subjetividade no trabalho jornalístico, temos que o profissional projeta no seu trabalho (como na maioria das práticas humanas) suas concepções “pessoais” de mundo, apreendidas durante seu processo de socialização, ou seja, as idéias dominantes internalizadas. De Tracy e os demais ideólogos franceses já questionavam a influência do meio sobre o indivíduo como determinante das idéias que ele carrega durante a vida. Para esta corrente, as idéias humanas são fruto do meio, e mesmo os textos mais imparciais carregam uma série de conceitos internalizados anteriormente, sendo a imparcialidade tão propagada por alguns teóricos de jornalismo como apenas uma utopia.

Além da subjetividade pura e simples, outro fator de interferência na escolha do “real” para transformá-lo em notícia são as “pressões” – orientações sobre o que apurar e como produzir o texto – às quais o jornalista está submetido no ambiente de trabalho, capazes de sobrepular mesmo sua subjetividade. Logo, deve-se entender o jornalismo em grande parte em função do tipo de organização ao qual o jornalista pertence, ficando, via de regra, seu trabalho orientado pelas ideologias da empresa onde trabalha. Chaparro (1994) explicita esta questão tratando da *intencionalidade* do discurso jornalístico, motivo último do controle do discurso nos meios de comunicação de massa. Para ele, em função de ser dominado por um determinado grupo ou classe social,⁷ o jornalismo é dotado inevitavelmente de *intencionalidade*, de acordo com os interesses de classe defendidos pelas organizações aos quais os meios pertencem. A *intencionalidade* se baseia nas ideologias e interesses da classe mantenedora do poder.

Isto significa que a escolha de um acontecimento para ser noticiado, assim como a importância atribuída ao mesmo, é dada em função de objetivos predeterminados pelos controladores do meio de comunicação. Neste caso, se as notícias são produzidas em função de uma intencionalidade, os conhecimentos que obtemos através da mídia são sempre selecionados e se enquadram dentro da estrutura de manipulação e manutenção do poder pelas classes dominantes.

A disputa política implica em disputa ideológica. Como vimos anteriormente, esta disputa é travada no âmbito da comunicação. Por meio de diferentes subterfúgios, as classes dominantes controlam os meios de comunicação, assim, as informações divulgadas correspondem unicamente aos seus interesses e busca-se disseminar apenas as ideologias que contribuem para a manutenção do *status quo* destas classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, não há conhecimento neutro, pois todo saber está subordinado aos interesses de uma classe. Embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas sejam as classes sociais, a ideologia dominante é sempre a ideologia da classe dominante disseminada através dos meios de comunicação social (Fiorin, 1993:31).

Buscamos, no decorrer deste artigo, refletir sobre as condições que a classe dominante cria para manter e exercer seu poder por meio da comunicação. Sabemos que tal opção de análise pode ser considerada um tanto radical, especialmente num momento em que a comunicação de massa parece perder força diante da possibilidade dos sujeitos saírem, especialmente por meio da internet, da sua posição de receptores para emissores de conteúdos simbólicos, interagindo diretamente com outros sujeitos, apreendendo parcelas do real sem a intermediação de terceiros. Todavia, julgamos ser necessário tratar da relação poder e meios de comunicação de massa para compreendermos como Estados e classes sociais dominantes utilizaram estas mídias para sustentarem suas posições no decorrer do século passado. O poder destes é concretizado por meio dos princípios ideológicos apreendidos pelos sujeitos que se tornam núcleo duro de suas ações e que indicam seu posicionamento na estrutura social e produtiva. Nesse sentido, transmitir conteúdos simbólicos específicos ou cercear a contato que os sujeitos têm com a realidade é essencial para compreendermos as formas através das quais a comunicação age como AIE.

CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO é doutoranda em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE) e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Realiza pesquisas voltadas para as relações entre poder e mídia na contemporaneidade.

NOTAS

1 Lemos (2006) nos lembra que há, em algumas cidades do mundo, estudos sobre a disponibilização de redes sem custo para a população e movimentos sociais que pregam a abertura de redes.

2 Para Althusser, a Escola, ao mesmo tempo que ensina técnicas e conhecimentos, “ensina também as ‘regras’ dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a ‘bem falar’ a ‘redigir bem’ o que significa exatamente (...) a mandar bem aos operários“ (idem, 1985:21).

3 Para Althusser, a imprensa é um Aparelho Ideológico de Estado que, operando predominantemente através da ideologia, assegura as condições políticas da reprodução das relações sociais de produção. Gramsci define os organismos de opinião na sociedade civil – dentre eles os meios de comunicação – como aparelhos privados de hegemonia. Ambas idéias são compatíveis com a noção de Indústria Cultural de Adorno e Horkheimer, pois articulam reprodução das condições de produção, hegemonia e o controle por instituições não-estatais.

4 Esta citação aparece nos Cadernos do cárcere em duas versões com pequena variação de redação, como que tendo passado por um processo de amadurecimento. No (QC I, 476) lê-se “dois tipos de organizações sociais” e no (QC III, 1.518) lê-se “dois planos superestruturais”. Conforme Ferreira, 1986:143.

5 Embora este artigo explore questões meramente teóricas, a questão das concessões de televisão ou os investimentos de capital necessários para a aquisição de um parque gráfico para a impressão de um jornal de grande circulação, por exemplo, apontam para a comunicação — e neste caso mais especificamente a comunicação de massas — como realizada por membros da classe dominante. Ainda que pretensamente democrática em seu alcance, a comunicação de massas não o é em termos da sua produção. Assim, se os meios de comunicação de massa pertencem à classe dominante, os conteúdos simbólicos veiculados serão aqueles de seu interesse.

6 O poder simbólico surge como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

7 Até o momento, tratamos apenas da classe dominante, mas o mesmo pode ser válido para quaisquer classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado — Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. – não mencionado no texto.
- CHAPARRO, Manuel. *Pragmática do jornalismo. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Brasília/SãoPaulo: UnB/Hucitec, 1986.
- FIORIN, José Luís. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 1997. Série Princípios.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Cadernos do cárcere* (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUIRADO, Marlene. *Psicanálise e Análise do Discurso – matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo, Summus, 1995. – não mencionado no texto.
- LEMONS, André disponível em http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/archive/2006_05_01_archive.html
- MARX, Karl. “Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação”, in _____. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L & PM, 1980. p.13-60.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*, Berlin, 1977. Tradução de T. Bottomore e D. Frisby. London/New York, 1990.
- THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- TRAGTEMBERG, Maurício. Prefácio ao *Capital da notícia*, Cidade: Editora, 1997.